

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$948 milhões (31/12/2015 - R\$909 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$55 milhões (31/12/2015 - R\$84 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$952 milhões (31/12/2015 - R\$911 milhões). Desse montante, destacamos, R\$12 milhões (31/12/2015 - R\$25 mil) são representados por Rendas a Receber.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de provisões fiscais, trabalhistas e fundo de pensões foram de R\$1,323 milhões (31/12/2015 - R\$1,832 milhões). Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015		31/12/2016	
	Nota	31/12/2015	Nota	31/12/2016
Ativo Circulante		22.706		4.665
Disponibilidades	4&15.c	6		2.395
Outros Créditos		22.700		4.665
Rendias a Receber	15.c	11.900	15.c	902
Diversos	6	10.800	8	2.411
Ativo não Circulante		929.608		850.604
Títulos e Valores Mobiliários	5&15.c	52.484		679
Carteira Própria		52.484		679
Investimentos	9	877.124	10	859.000
Participação em Controlada - No País ⁽¹⁾		877.124		859.000
Total do Ativo		952.314		895.772
Passivo Circulante				4.665
Outras Obrigações				2.395
Sociais e Estatutárias				902
Fiscais e Previdenciárias				1.323
Impostos a Pagar				2.411
Diversos				29
Total do Passivo				4.665
Patrimônio Líquido				895.772
Capital				859.000
De Domiciliados no Exterior				859.000
Reserva de Lucros ⁽¹⁾				88.648
Total do Passivo e Patrimônio Líquido				952.314

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		859.000	173	3.256	-	862.429
Lucro Líquido		-	-	-	68.442	83.831
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	4.192	-	(4.192)	-
Dividendos	10.b	-	-	-	(5.494)	(5.494)
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro ⁽¹⁾	10.d	-	-	13.378	(13.378)	-
Reserva para Equalização de Dividendos ⁽¹⁾	10.d	-	-	13.378	(13.378)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		859.000	4.365	30.012	-	908.766
Lucro Líquido		-	-	-	54.645	54.645
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	2.732	-	(2.732)	-
Dividendos	10.b	-	-	-	(373)	(373)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	10.d	-	-	25.770	(25.770)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	25.770	(25.770)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		859.000	7.097	81.552	-	947.648

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (Santander Securities Participações), foi constituída em 15 de agosto de 2014, com o objetivo exclusivo de participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Aquisição da Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities DTVM)

Em agosto de 2015, foi efetivada a aquisição da Santander Securities DTVM. A Santander Securities adquiriu 1.740 mil ações de emissão da Santander Securities DTVM, representativas de 100,00% de seu capital social, ao preço total de R\$859.000, apurado com base no valor de mercado das ações da data da assinatura do contrato de compra e venda de ações celebrado em 31 de agosto de 2015. Essa aquisição gerou um deságio de R\$6.511 no momento da compra.

Em atendimento ao CPC 23, o referido ajuste encontra-se apresentado de forma retrospectiva nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, reduzindo o valor do investimento e o resultado de equivalência patrimonial em R\$15.839, alterando o investimento para R\$849.925 e o resultado de equivalência patrimonial para R\$18.725, reduzindo no mesmo montante o patrimônio líquido do exercício na referida data base.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities Participações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Considerando seu objeto social e sua atuação por meio de suas investidas. Não foram adotadas no balanço as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 29 de março de 2017.

No momento da aquisição do intangível referente a compra do Negócio de Custódia, a Santander Securities DTVM reportou, em suas demonstrações financeiras, os valores provisionados relativos a operação. Após a data de aquisição (período de mensuração), a Santander Securities DTVM ajustou na data base de 30 de junho de 2016, retrospectivamente, os valores reconhecidos inicialmente na data da aquisição refletindo as novas informações obtidas para a identificação dos ativos e período de vida útil apresentado no laudo elaborado por consultoria externa. Como consequência foi efetivado um ajuste de exercício anterior no montante de R\$15.389, deduzidos os efeitos fiscais, relativo a amortização retrospectiva do intangível da compra do Negócio de Custódia desde a data de aquisição em 31 de agosto até 31 de dezembro de 2015.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities Participações.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas;

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Disponibilidades";
- "Aplicações financeiras em Títulos e Valores Mobiliários";
- "Rendias a receber";

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Fiscais e Previdenciárias".
- "Impostos a Pagar".

V. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao resultado em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

e) Disponibilidades

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, disponibilidades correspondem aos saldos de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob determinadas receitas brutas. Para as Receitas Financeiras são aplicadas as alíquotas de PIS (0,65%) e Cofins (4%). As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

h) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, avaliação de impairment de investimento e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

i) Participação em Controlada

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa.

4. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram considerados como disponibilidades, o saldo de caixa e equivalentes de caixa correspondentes à depósitos bancários no montante de R\$6 (31/12/2015 - R\$13).

5. Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis Para a Venda ao Custo Amortizado	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽¹⁾	52.484	679
Total	52.484	679

⁽¹⁾ Aplicação Financeira em Renda Fixa, o perações com vencimento entre 25 de outubro de 2017 e 18 de setembro de 2018.

A Santander Securities Participações não opera com Instrumentos Financeiros Derivativos.

6. Outros Créditos - Diversos

São apresentados como Outros Créditos - Diversos, os créditos dos impostos a recuperar. A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	9.546	19.071
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.254	1.254
Total	10.800	20.325

7. Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2016	31/12/2015
PIS a Recolher	235	327
Cofins a Recolher	1.088	1.505
Total	1.323	1.832

8. Impostos a Pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a Recolher	1.216	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recolher	1.195	-
Total	2.411	-

9. Investimentos - Participação em Controlada

O investimento relativo a aquisição da Santander Securities DTVM em agosto de 2015, foi correspondente a 100,00% de participação no seu capital social, representado por 1.740 mil ações ordinárias. O resultado de Participações em Coligadas e Controladas no valor de R\$67.330 (2015 - R\$34.114) refere-se a 100% do resultado da Santander Securities DTVM., referente ao meses de janeiro a dezembro de 2016 (Nota 1) e ao Resultado de Juros sobre o capital próprio a receber (Nota 15.c).

	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Investimento	882.767	67.331	882.767	856.436	67.331	18.725
Santander Securities DTVM ⁽¹⁾	882.767	67.331	882.767	856.436	67.331	18.725
Deságio na aquisição ⁽²⁾	-	-	(5.643)	(6.511)	-	-
Total	882.767	67.331	877.124	849.925	67.331	18.725

⁽¹⁾ As rubricas de 2015 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

⁽²⁾ Deságio na Aquisição da Santander Securities DTVM.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente subscrito e integralizado é de R\$859.000, composto por 859.000 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Sociais e Estatutárias

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação e de acordo com a disponibilidade de caixa da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016, foram destacados dividendos no valor de R\$373 (R\$0,43422584 em reais por lote de mil ações ordinárias) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2016. Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação das demonstrações financeiras de 2016.

Em 31 de agosto de 2015, foram destacados dividendos no valor de R\$35 (R\$0,04074505 em reais por lote de mil ações ordinárias) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2014. Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação das demonstrações financeiras de 2016.

Foram destacados em 05 de outubro de 2015 dividendos no montante de R\$5.000 (R\$5,82072177 em reais por lote de mil ações) de acordo com balanço apurado em 31 de agosto de 2015, e Juros sobre Capital Próprio de R\$32.000. O pagamento foi realizado em 07 de outubro de 2015.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Fabio Ribeiro

Diretores Executivos

Erick Warner de Carvalho

Kleverson Batistela

Contabilista

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2016	
	Nota	01/01 a 31/12/2015	Nota	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		4.119		71.939
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.c	4.119		71.939
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.119		71.939
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		64.628		15.793
Outras Despesas Administrativas	12	(91)		(115)
Outras Receitas Operacionais	14	1.397		-
Despesas Tributárias	13	(4.009)		(2.817)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽¹⁾	9	67.331		18.725
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		68.747		87.732
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	(14.102)		(19.290)
Provisão para Imposto de Renda		(10.363)		(14.178)
Provisão para Contribuição Social		(3.739)		(5.112)
Lucro Lí				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Securities Services Brasil Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Securities Services Brasil Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Securities Services Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, antes dos ajustes descritos na nota 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 22 de fevereiro de 2016, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2, que foram efetuados para alterar os saldos de 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Instituição referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017